



## Escolas de enfermeiras no nordeste brasileiro (1943-1975)

Nursing Schools in northeastern Brazil (1943-1975)

Escuelas de enfermería en el nordeste brasileño (1943-1975)

Djailson José Delgado Carlos<sup>1</sup>, Maria Itayra Padilha<sup>1</sup>, Mariana Vieira Villarinho<sup>1</sup>, Miriam Süsskind Borenstein<sup>1</sup>, Ana Rosete Camargo Rodrigues Maia<sup>1</sup>

Estudo qualitativo, narrativo, socio histórico, com o objetivo de analisar a criação das Escolas de Enfermeiras no Nordeste brasileiro (1943-1975). O recorte temporal corresponde, inicialmente, à criação da primeira escola e o final, ao ano em que todos os estados nordestinos passaram a dispor de instituições formadoras de enfermeiras. A coleta de dados ocorreu entre abril e julho de 2013 e dispôs do acervo da Biblioteca Central, da Universidade Federal de Santa Catarina e do Grupo de Estudos da História do Conhecimento da Enfermagem e Saúde. Sobre estas Escolas no Nordeste, conclui-se que sua expansão foi incrementada após a Reforma Universitária. Essa realidade favoreceu a formação local, aboliu a necessidade de deslocamento a outros estados em busca da profissionalização, possibilitou a um novo cenário nas instituições de ensino e de saúde e, melhorias no cuidado à saúde.

**Descritores:** Enfermagem; História da Enfermagem; Educação em Enfermagem; Bacharelado em Enfermagem.

This is a qualitative, narrative and socio-historical study aimed at analyzing the creation of nursing schools in the Northeast of Brazil (1943-1975). The time frame corresponds initially to the creation of the first school and finally to the year in which all the northeastern states founded at least one training institution for nurses. The data collection happened between April and July 2013 using the collection of the Central Library of the Federal University of Santa Catarina and the Study Group about Nursing Knowledge History and Health. About these schools in the Northeast, it is highlighted that their expansion was increased after the University Reform. This situation allowed the local education, abolished the need to travel to other states in search of professional training, enabled a new scenario in educational and health institutions and improvements in health care.

**Descriptors:** Nursing; History of Nursing; Nursing Education; Higher Education; Education, Nursing, Baccalaureate.

Estudio cualitativo, narrativo, socio histórico, con objetivo de analizar la creación de las Escuelas de Enfermeras en el Nordeste brasileño (1943-1975). El inicio del recorte temporal corresponde a la creación de la primera escuela y el final, al año en que todos los estados nordestinos brasileños tuvieron instituciones formadoras de enfermeras. La recolección de los datos ocurrió entre abril y julio de 2013, y se utilizó el acervo de la Biblioteca Central de la Universidad Federal de Santa Catarina y del Grupo de Estudios de Historia del Conocimiento de Enfermería y Salud. Sobre estas escuelas nordestinas, se concluye que su expansión fue incrementada después de la Reforma Universitaria. Esa realidad favoreció la formación local, abolió la necesidad de locomoción a otros estados, posibilitó nuevo escenario en las instituciones de enseñanza y de salud, y mejorías en la atención a la salud.

**Descritores:** Enfermería; Historia de la Enfermería; Educación en Enfermería; Bachillerato en Enfermería.

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil.

Autor correspondente: Maria Itayra Padilha

Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFSC, Campus Universitário, s/n<sup>o</sup> - Trindade, CEP: 88040-970 - Florianópolis, SC, Brasil.  
E-mail: padilha@ccs.nfr.br

## Introdução

No Brasil, a criação e funcionamento da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), na cidade do Rio de Janeiro, capital da República, à época, marca a introdução do sistema anglo-saxônico, mundialmente conhecido como Enfermagem Moderna. Atualmente, denominada Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), surgiu como fruto do convênio celebrado entre o Governo brasileiro e a Fundação Rockefeller, que enviou um grupo de enfermeiras norte-americanas, com o objetivo de formar pessoal qualificado para dar sustentação à Reforma Sanitária implantada por Carlos Chagas e ao desenvolvimento do comércio agroexportador<sup>(1-2)</sup>.

De caráter inovador, esta Escola, foi estruturada de acordo com os modelos norte-americanos formadores de enfermeiras, ressaltando-se a organização, o currículo e o processo seletivo das candidatas. Havia a intenção de imprimir à Enfermagem esta nova configuração profissional, justificando-se, assim, a exigência do curso normal ou equivalente às candidatas, tido como escolaridade elevada para a época, na tentativa de atrair mulheres socialmente privilegiadas<sup>(3)</sup>.

No que se refere às Escolas de Enfermeiras na Região Nordeste do Brasil, os primeiros registros datam da década de 1940, durante o Estado Novo (1937-45) e coincidem com o processo de industrialização, urbanização das cidades e ampliação da rede previdenciária através da criação dos fundos sociais. As primeiras iniciativas dizem respeito a grupos religiosos e ocorreram nas cidades de Fortaleza<sup>(4)</sup>, Ceará (1943) e em Recife<sup>(5)</sup>, Pernambuco (1945), todas com o intuito de formação profissional qualificada para os serviços de saúde, e, na maioria das vezes, sob o gerenciamento das próprias ordens religiosas.

Dada a importância da institucionalização da Enfermagem Moderna no Brasil e seus desdobramentos à profissionalização da mulher

brasileira, o presente estudo tem como objetivo analisar a criação e a institucionalização das Escolas de Enfermeiras no Nordeste brasileiro (1943-1975).

## Método

Trata-se de um estudo qualitativo, de abordagem histórica, do tipo narrativo com o qual enseja-se a compreensão das ações do homem enquanto ser capaz de agir, interagir e transformar a si próprio, aos outros e a sua realidade, situado em um contexto específico, visando elucidar distintos aspectos do cotidiano social<sup>(6)</sup>.

Por pesquisa histórica, entende-se a investigação que se apresenta como estratégia capaz de responder a questionamentos sobre o passado, sendo aquela que permite ao pesquisador a investigar os vestígios e sinais deixados pelo passado, assim como utilizar a ativação e reativação da memória para que sejam gerados novos conhecimentos. Para tanto, deve-se trabalhar as fontes na perspectiva contextualizada e crítica, mediante a submissão das mesmas a critérios metodológicos rigorosos. Essa modalidade de estudo, fundamentalmente narrativa e sistemática, contribui para o conhecimento da história das sociedades e das profissões. Assume relevância ao favorecer o entendimento do contexto vivido, através da análise criteriosa do passado, em tempo presente, de uma determinada época e ao propiciar a identificação de questões futuras<sup>(7)</sup>.

A elaboração deste manuscrito, ocorrida entre os meses de maio e agosto de 2013, tornou-se possível a partir de consultas a algumas fontes documentais, tais como, Lei, Decretos e Resoluções, bem como, a livros, produções acadêmicas, publicações em periódicos, relatórios que versam sobre a História da Enfermagem, História das Escolas de Enfermagem e, em particular, da expansão do Ensino Superior de Enfermagem, no Brasil. Para tanto, contou com o acervo da Biblioteca Universitária Central, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Grupo de Estudos da História do Conhecimento

da Enfermagem e Saúde (GEHCES), assim como a consultas aos Bancos de Dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS).

O marcador do tempo histórico tem seu início com a criação em 1943 da Escola de Enfermeiras de Fortaleza/CE, tida como pioneira na Região Nordeste e o seu término, o momento em que todos os estados nordestinos passaram a formar enfermeiras (1975). Desta forma, considerou-se o marco inicial a criação da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, em Fortaleza, no Estado do Ceará e o marco final, à criação do Curso de Graduação em Enfermagem, da Universidade Federal de Sergipe.

A análise e interpretação dos dados se deu por meio da leitura atenta e detalhada acerca do material disponível para o qual foi priorizada a apresentação cronológica dos acontecimentos. Os dados resultantes possibilitaram a elaboração de duas figuras: a primeira com as Escolas de Enfermeira no Brasil e, a segunda com as Escolas de Enfermeiras no Nordeste. Assim, sua realização pautou-se nas diretrizes da Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde<sup>(8)</sup>.

## Resultados

Os resultados ora apresentados dizem respeito à institucionalização do ensino de Enfermagem Moderna no Brasil tomando como referência a criação e o funcionamento da EEAN. A seguir, apresentamos as duas figuras: Escolas de Enfermeiras no Brasil (décadas de 1920-40) e, Escolas de Enfermeiras no Nordeste, ambas cronologicamente elaborados, contemplam o nome da instituição, o ano e o local, e, a forma administrativa a que estavam subordinadas, conforme demonstra a Figura 1.

A Figura 2 apresenta dados pertinentes à criação das Escolas de Enfermeiras e a institucionalização do Ensino de Graduação em Enfermagem no Nordeste brasileiro (1943-1975). As informações contidas foram separadas, intencionalmente, da figura anterior por constituir-se no objeto de análise deste estudo. A sua construção, tornou-se possível a partir das fontes

consultadas e estão dispostas cronologicamente para facilitar a visualização e compreensão.

Instituição	Ano e local	Administração
EE do Departamento Nacional de Saúde Pública	1922 - Rio de Janeiro/RJ	Pública Federal
EE Carlos Chagas	1933 - Belo Horizonte/MG	Pública Estadual
EE Florence Nightingale	1933 - Anápolis/GO	Evangélica
EE da Casa de Saúde Evangélica	1937 - Rio Verde/GO	Evangélica
EE do Hospital São Paulo	1938 - São Paulo/SP	Católica
EE Luíza Marillac	1939 - Rio de Janeiro/RJ	Católica
EE de São Paulo	1942 - São Paulo/SP	Pública Estadual
EE do Hosp. São Vicente de Paulo	1943 - Goiânia/GO	Católica
EE do Estado do Rio	1944 - Niterói/RJ	Pública Federal
EE Rachel Haddock Lobo	1944 - Rio de Janeiro/RJ	Pública Federal
EE do Pará	1944 - Belém/PA	Pública Estadual
EE Hugo Werneck	1945 - Belo Horizonte/MG	Católica
EE Hermantino Beraldo	1946 - Juiz de Fora/MG	Pública Estadual
EE Frei Eugênio	1948 - Uberaba/MG	Católica
Escola Madre Maria Teodora	1949 - Campinas/SP	Católica

**Figura 1** - Escolas de Enfermeiras no Brasil (décadas de 1920-40)<sup>10</sup>

Instituição	Ano e local	Administração
EE São Vicente de Paulo	1943 - Fortaleza/CE	Católica
EE Nossa Senhora das Graças	1945 - Recife/PE	Católica
EE da Bahia	1946 - Salvador/BA	Pública Federal
EE do Recife	1947 - Recife/PE	Pública Estadual
EE São Francisco de Assis	1948 - São Luiz/MA	Católica
EE da Universidade da Paraíba	1954 - João Pessoa/PB	Pública Estadual
EE Santa Emília de Rodat	1957 - João Pessoa/PB	Católica
EE de Mossoró	1968 - Mossoró/RN	Pública Municipal
Curso de Graduação em Enfermagem	1973 - Natal/RN	Pública Federal
Curso de Graduação em Enfermagem	1973 - Maceió/AL	Pública Federal
Curso de Graduação em Enfermagem	1973 - Teresina/PI	Pública Federal
Curso de Graduação em Enfermagem	1975 - Aracajú/SE	Pública Federal

**Figura 2** - Escolas de Enfermeiras no Nordeste (1943-1975)

## Discussão

A institucionalização da Enfermagem Moderna no Brasil, ocorrida com o funcionamento EEAN implicou em uma oportunidade de ascensão social às mulheres<sup>(9)</sup>. O mercado era amplo e havia muitas solicitações de enfermeiras diplomadas para os mais distintos campos de atuação, tanto que, seus egressos, nos primeiros anos, foram absorvidos pelo mercado de trabalho local, não se deslocando para outras regiões do país. Estas enfermeiras, provavelmente, tinham conhecimento de que ocupavam uma posição de destaque entre as mulheres trabalhadoras e que deveriam conservar o prestígio, justificado pelo salário mensal de Rs 700\$000 (setecentos réis), pago às enfermeiras de Saúde Pública, o mais elevado dos vencimentos pagos às mulheres no Rio de Janeiro, à época.

No que tange ao Ensino de Enfermagem no país, alguns acontecimentos dessa época merecem destaque: alteração do nome da Escola de Enfermeiras do DNSP para Escola de Enfermeiras Dona Ana Neri através do Decreto nº 17.268/26; fundação, em 1926, da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (ANED), atual Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn); regulamentação do exercício da Enfermagem pelo Decreto nº 20.109/31, que também estabeleceu a Escola de Enfermagem Anna Nery como escola-padrão nacional; criação, em 1932, do periódico *Annaes de Enfermagem*, hoje *Revista Brasileira de Enfermagem* (REBEn); aprovação do Dia do Enfermeiro pelo Decreto nº 2.956/38; realização, em São Paulo, no ano de 1947, do Iº Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBEn); regulamentação do Ensino de Enfermagem com a vigência da Lei nº 775/49; aprovação do Projeto 1.741.B/52 que estabeleceu obrigatoriedade da presença de enfermeiros nas Chefias de Enfermagem; a regulação do exercício profissional da Enfermagem pela Lei nº 2.604/55; e, a realização do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil

pela ABEn, 1958-59. A síntese desses dados indica que as décadas de 1920-30 correspondem à instalação da Enfermagem Moderna no Brasil e as de 1940-50, a sua consolidação<sup>(10-13)</sup>.

Ao analisar a Figura 1, faz-se necessário enfatizar que as Escolas de Enfermeiras nele relacionadas correspondem às décadas de 1920-40 e que, na atualidade, muitas delas não mantêm o nome original, ou seja, seus nomes não correspondem àqueles quando das suas criações. Estas modificações ocorreram pelos mais distintos motivos: algumas Escolas foram incorporadas às Universidades, outras homenagearam uma personalidade ou adotaram os nomes de Departamento ou Faculdade.

Estas escolas, alicerçadas em aspectos morais e sociais, destinavam-se, inicialmente, à formação feminina e objetivavam conferir à Enfermagem o prestígio de profissão sob o aspecto de uma formação sistemática, prática e científica. Desejavam, portanto, converterem-se em atrativo à profissionalização feminina formando enfermeira para os serviços de saúde.

Ainda analisando a Figura 1, percebe-se a existência de uma lacuna temporal de uma década, entre a criação da EEAN e da EE Carlos Chagas. A ordem cronológica da criação das escolas mostra que a expansão do ensino de Enfermagem ocorreu lentamente, muito provavelmente por questões, como: falta de recursos materiais, Enfermagem como profissão feminina desconhecida, seleção rigorosa, absorção dos egressos das primeiras turmas em serviços de saúde na capital do país, por atrativos salariais locais.

Também é perceptível um arranjo distributivo das escolas de Enfermeiras com concentração, nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte, com onze, três e uma, respectivamente. Essa distribuição, bastante desequilibrada, com concentração das escolas na Região Sudeste justifica-se em decorrência das maiores possibilidades socioeconômicas e culturais, bem como por seu maior contingente demográfico<sup>(14)</sup>.

Quanto à administração destas Escolas, ficam

evidenciadas duas formas: pública (federal, estadual ou municipal) e, em maior número, religiosa (católica ou protestante). A criação/fundação destas justificava-se pela necessidade de assistência qualificada à saúde, porém atenderam a diferentes interesses: a EEAN, por iniciativa do governo federal, foi idealizada para dar suporte à Reforma Sanitária; EE Carlos Chagas, administrativamente ligada ao governo estadual e orientada à formação de enfermeiras religiosas católicas; e, a EE do Pará, por ação do governo estadual como parte do projeto de revalorização econômica da Região Norte por meio do convênio celebrado entre o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e o *Institute of Inter American Affair of the United States* (IAIA), após a II Guerra Mundial para implantação e desenvolvimento de programas de saúde<sup>(15)</sup>.

Apesar disso, a formação profissional fazia-se necessária devido à deficiência numérica de pessoal de Enfermagem e pela busca da eficiência do funcionamento dos hospitais e dos Serviços de Saúde. Ansiava-se por enfermeiras habilitadas para o exercício laboral nas especialidades clínicas, planejamento, administração e supervisão dos Serviços de Saúde, assim como para que se encarregassem da formação de pessoal<sup>(14)</sup>.

Estas foram às circunstâncias em que as Escolas de Enfermeiras foram criadas, não só no Brasil, haja vista o contexto no qual a Enfermagem se organizou e se consolidou, na Inglaterra, como profissão feminina. A Escola de Enfermeiras do Hospital St Thomas, fundada em Londres, por Florence Nightingale, nasceu sob a ascendência do capitalismo e propulsora da qualificação profissional científica e sistemática, sob a divisão parcelar do trabalho destinando-se à formação de *ladies nurses* (socialmente privilegiadas, designavam-se à formação, supervisão da assistência e à administração hospitalar) e *nurses* (para a assistência ao paciente, troca de roupa de cama, banho no leito, administração de medicamentos, alimentação)<sup>(16-17)</sup>. Na realidade brasileira, as *nurses* correspondem aos profissionais de nível médio, denominados Técnicos e Auxiliares de Enfermagem.

Outras particularidades podem ser elencadas, tais como: a escassez de alunas advindas pelos valores sociais de que a profissão é exercida por pessoas do sexo feminino, em uma sociedade onde predominava o conceito de competência masculina<sup>(13)</sup>, com atributos intelectuais e morais inferiores; e, ao sentimento de religiosidade ou vocacional de que qualquer mulher poderia exercer as funções de enfermeira. A respeito disso, os salários das enfermeiras religiosas, nos hospitais brasileiros, variavam de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), enquanto os das enfermeiras laicas apresentavam-se entre Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) e Cr\$ 22.000,00 (vinte e dois mil cruzeiros), no ano de 1957<sup>(17)</sup>. Sobre estes valores é importante destacar que o salário mínimo foi instituído em 1934, durante a era Vargas, não sendo unificado nacionalmente e que, no ano de 1957, correspondia a Cr\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos cruzeiros).

Estas poucas situações ilustram o quanto a Enfermagem é contraditória em seu interior. No que tange a divisão social do trabalho, a enfermeira figura como sendo a profissional com maior habilidade intelectual e o responsável pela formação, gestão dos serviços e supervisão da assistência de Enfermagem, enquanto os Técnicos e Auxiliares de Enfermagem desempenham atividades manuais, fracionadas e de menor valor social. A respeito da concepção profissional entre religiosas e seculares, são enormes as divergências relacionadas à formação técnica e filosofia do trabalho em Enfermagem, assim como ao atendimento de seus interesses financeiros e institucionais.

Diante disso, analisar a Figura 2 permite observar algumas semelhanças com a Figura 1, tais como: espaçamento temporal entre a criação das Escolas de Enfermeiras em todo o país, visto que decorreu mais de duas décadas entre a criação da EEAN e a criação da EE São Vicente de Paulo, em Fortaleza/CE, em 1943; repetição dessa situação na Região Nordeste, uma vez que foram necessários 32 anos para que todos os estados nordestinos

dispusessem, em seus territórios, de pelo menos, uma Escola; e, a forte presença de grupos religiosos à frente das Escolas.

Verifica-se que os investimentos, públicos ou privados, destinados à criação de Escolas não ocorreram de forma regular e contínua, pois as décadas subsequentes à de 1940, registram decréscimo no número de aberturas de novas instituições. Esse cenário é amenizado na década de 1970, por iniciativa do poder público federal, após a promulgação da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68). A essa altura é perceptível a discreta inserção masculina na profissão, embora os homens já se fizessem presentes na Enfermagem atuando como profissionais de nível médio.

Sobre esta reforma, ensejada desde a década de 1940, mesmo sem ter correspondido às expectativas da comunidade universitária, no que concerne ao Ensino de Enfermagem no país, pode ser analisada sob duas perspectivas: quantitativa (aumento da oferta de vagas nas Escolas) e qualitativa (criação da Pós-Graduação e ao estímulo à produção científica). Este momento foi extremamente significativo, pois correspondeu a retomada da criação de novas Escolas por todo o país, após um período de desaceleração ocorrido na década de 1960<sup>(1-2)</sup>.

Sobre a institucionalização, consolidação e expansão da Enfermagem Moderna, no Brasil, vê-se que atendeu, inicialmente, a iniciativa governamental voltada às políticas de saúde pública para assegurar a economia agroexportadora e que, posteriormente, adquiriu novas conformações em consequência à substituição das importações, industrialização, urbanização das cidades e do modelo previdenciário.

Quanto à presença de religiosas a frente das Escolas de Enfermeiras, sabe-se que durante a era Vargas (1930-1945), a Igreja Católica estabeleceu uma forte aliança com o Estado, a partir do Movimento Neocristão, com o qual foram resgatadas as práticas religiosas populares e o despertar vocacional. Essa aproximação resultou na utilização da Igreja para ampliar o alcance de interesses políticos junto ao

povo e, em contrapartida, o recebimento de apoio financeiro e a obrigatoriedade da Educação Religiosa nos currículos escolares<sup>(18)</sup>.

Para melhor compreender essa realidade, faz-se necessário analisar as duas Figuras, tomando-se como referência o período correspondente ao Estado Novo (1937-45), no qual constata-se a criação de quatorze novas Escolas de Enfermagem, dentre as quais sete sob a administração de religiosas, assim distribuídas: três no Nordeste, três no Sudeste e uma no Centro-Oeste.

Neste contexto, torna-se imprescindível ressaltar o empenho com que a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) vem tratando os interesses da Enfermagem brasileira, ao longo de sua existência, aqui em destaque, a Diretoria de Educação, que desde sua fundação, em 1926, converteu-se no principal e mais tradicional órgão representativo da Enfermagem brasileira, mas não o único. Como tal desenvolve, desde então, ações voltadas à organização e ao crescimento da profissão por meio da realização de parcerias e eventos como: Semana da Enfermagem, Congressos, Seminários, Fóruns, Ciclo de debates e a circulação, desde 1932, do periódico Anais de Enfermagem, atual da Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn)<sup>(12-13)</sup>.

Esses determinantes podem auxiliar na compreensão do processo de expansão das Escolas de Enfermeiras no Brasil. Estudos<sup>(1-2)</sup> referem-se às décadas de 1930-50 como sendo de crescimento, seguido por um período de declínio na década de 1960 e, de retomada após Reforma Universitária. Torna-se importante ressaltar a diminuição, à época, dos investimentos governamentais em Saúde Pública, o fortalecimento do modelo curativo e o desenvolvimento tecnológico aplicado à saúde, os quais passaram a requerer do Ensino de Enfermagem, outra vez, uma nova formação profissional<sup>(19)</sup>. Trata-se, pois, da adequação da formação profissional às necessidades ditadas pelo modelo econômico, ou seja, anteriormente agroexportador centrado no controle das epidemias, agora com a substituição das importações e previdenciário.

Outro fator que, provavelmente, pode ter dificultado a expansão das Escolas esteja relacionado à regulamentação da profissão, ocorrida apenas na década de 1960, com a promulgação da Lei nº 3.780/60, ou seja, decorridas quase quatro décadas após a institucionalização da Enfermagem Moderna, no Rio de Janeiro. A partir de então, a profissão passou a ser enquadrada como sendo de nível superior; no âmbito do serviço público federal, garantindo, dessa forma, o *status* de profissão de nível universitário<sup>(14)</sup>.

Esse acontecimento assegurou as mesmas prerrogativas conferidas as demais escolas de nível superior em todo o país. Até então, por força da Lei nº 775/49 (Dispõe sobre o ensino de Enfermagem no País e revogou o Decreto nº 20.109/31) tinha sido instituído, que a criação de novas Escolas de Enfermagem deveriam, compulsoriamente, ser anexas a Centros Universitários ou às Faculdades de Medicina, ou seja, sem autonomia e subordinadas a estas instituições<sup>(15)</sup>.

Do exposto, importa informar que naqueles Estados nordestinos, nos quais o Ensino Superior sucedeu à Reforma Universitária, como no Rio Grande do Norte<sup>(19)</sup>, Alagoas, Piauí e Sergipe, a institucionalização da Enfermagem Moderna teve seu início, em todos eles, na década de 1950, com criação e funcionamento das Escolas de Auxiliares de Enfermagem, destinadas à qualificação profissional em nível médio, como desdobramento da Lei nº 775/49, que regulamentou o ensino de Enfermagem no país.

## Considerações Finais

Este estudo demonstrou que a institucionalização e o desenvolvimento das Escolas de Enfermeiras na região Nordeste, iniciada na década de 1940, expressa estreita semelhança com os eventos e acontecimentos sociais, econômicos, políticos e culturais ocorridos no país. Naquela época, clamava-se por uma formação profissional qualificada, porém deparava-se com a lentidão, porque não dizer,

estagnação da criação de novas escolas nas décadas de 1950-60.

O cenário para a formação universitária e de pós-graduação modificou-se com a Reforma Universitária (1968), que expandiu, em um curto espaço de tempo, o Ensino Superior de Enfermagem, de modo que todos os estados nordestinos passaram a dispor, quase que simultaneamente, no início da década de 1970, de Cursos de Graduação. Estes surgiram já inseridos nas Universidades, como Departamento vinculado aos Centros de Ciências da Saúde ou Centro de Ciências Biomédicas, diferentemente das Escolas de Enfermeiras, pioneiras, que posteriormente foram incorporadas às Instituições de Ensino Superior.

Nessa conjuntura de lutas pela formação responsável e, pelo desenvolvimento do ensino de Enfermagem, a ABEn tem sido, ao longo dos anos, estritamente importante, apresentando-se como facilitadora e incentivadora no processo de apoio a criação e fomento da qualidade do ensino nas Escolas de Enfermagem.

Por fim, a realização deste estudo permitiu a compreensão dos acontecimentos e seus determinantes à expansão do ensino superior de Enfermagem no Nordeste. Seus desdobramentos imprimiram uma nova configuração nos Serviços de Enfermagem à medida que enfermeiros, egressos dessas novas Escolas, foram admitidos às instituições de saúde, públicas ou privadas, de ensino ou saúde, religiosa ou laica, representando, por conseguinte, melhorias na formação e na assistência. Outro benefício da existência do Ensino Superior de Enfermagem em todos os estados decorre do fato de que a formação passou a ser local e, dessa forma, não havia mais necessidade de deslocamento a outros estados em busca da qualificação profissional e possibilitando uma melhor atuação junto à população regional.

## Colaborações

Carlos DJD e Padilha MI contribuíram para a concepção, coleta de dados, análise qualitativa do

estudo, interpretação dos dados, redação do artigo e da aprovação final da versão a ser publicada. Villarinho MV, Borenstein MS e Maia ARCR contribuíram na análise qualitativa do estudo, interpretação dos dados, redação do artigo e da aprovação final da versão a ser publicada.

## Referências

1. Silveira CA, Paiva SMA. A evolução do Ensino de Enfermagem no Brasil: uma revisão histórica. *Ciênc Cuid Saúde*. 2011. 10(1):176-83.
2. Leonello VM, Miranda Neto MV, Oliveira MAC. Nursing education in Brazil: a historical perspective. *Rev Esc Enferm USP*. 2011. 45(n. spe):1774-9.
3. Baptista SS, Barreira IA. Enfermagem de nível superior no Brasil e vida associativa. *Rev Bras Enferm*. 2006; 59(spe):411-6.
4. Silva MGC, Nóbrega-Therrien SM. Reflexão: a formação de enfermeiros e a expansão do ensino de Enfermagem no Ceará. *Rev Rene*. 2006; 7(3):78-84.
5. Costa AANM, César KRV, Schirmer J, Tavares MMF. Obstetrical nurse development at Universidade de Pernambuco, Brazil: a 35-year history. *Acta Paul Enferm*. 2008; 21(2):361-6.
6. Padilha MI. As ideias que norteiam este livro. In: Padilha MI, Borenstein MS, Santos I. *Enfermagem: história de uma profissão*. São Caetano do Sul: Difusão; 2011. p. 23-37.
7. Padilha MI, Borenstein MS, Bastini J, Zytkeuwisz GV, Lessmann JC. As fontes historiográficas em pauta: a história oral e a pesquisa documental. In: Borenstein MS, Padilha MI. *Enfermagem em Santa Catarina: recortes de uma história (1900-2011)*. Florianópolis: Secco; 2011. p. 37-55.
8. Ministério da Saúde (BR). Conselho Nacional de Saúde, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012: aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2012.
9. Barreira IA, Baptista SS, Sauthier J, Santos TCF, Aperibense PGG, Peres MAA et al. Primeira república: a implantação da Enfermagem laica e seus desdobramentos (1889-1930). In: Padilha MI, Borenstein MS, Santos I. *Enfermagem: história de uma profissão*. São Caetano do Sul: Difusão; 2011. p. 219-52.
10. Freitas GF. A responsabilidade ético-legal do enfermeiro. In: Oguisso T, organizador. *Trajetória histórica e legal da enfermagem*. 2ª ed. Barueri: Manole; 2007. p. 209-36.
11. Carvalho AC. *Associação Brasileira de Enfermagem, 1926-1976: documentário*. 2ª ed. Brasília: ABEn Nacional; 2008.
12. Germano RM. Organização da enfermagem brasileira. *Enfermagem em Foco*. [Internet] 2010 [citado 2013 ago 10]. Disponível em: <http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3>
13. Bock LF, Vaghetti HH, Belleguarda MLR, Padilha MI, Borenstein MS. A organização da Enfermagem e da saúde no contexto da Idade Contemporânea. In: Padilha MI, Borenstein MS, Santos I. *Enfermagem: história de uma profissão*. São Caetano do Sul: Difusão; 2011. p. 253-94.
14. Associação Brasileira de Enfermagem. *Relatório Final do levantamento de recursos e necessidades de enfermagem no Brasil – 1956/1958*. Brasília: ABEn; 1980.
15. Silva BR, Baptista SS. O movimento de expansão dos Cursos Superiores de Enfermagem na Região Norte do Brasil. *Rev Enferm UERJ*. 2007; 15(4):515-200.
16. Costa R, Padilha MI, Borenstein MS, Carvalho MAL. Florence Nightingale (1820-1910): as bases da enfermagem moderna no mundo. In: Padilha MI, Borenstein MS, Santos I. *Enfermagem: história de uma profissão*. São Caetano do Sul: Difusão; 2011. p. 183-217.
17. Amante LN, Padilha MI, Peres MAA, Gelbcke FL, Maia AR, Anders JC, et al. O cuidado da enfermagem e da saúde no contexto da idade contemporânea (século XIX). In: Padilha MI, Borenstein MS, Santos I. *Enfermagem: história de uma profissão*. São Caetano do Sul: Difusão; 2011. p.147-81.
18. Gomes TO, Silva BR, Baptista SS, Almeida Filho AJ. Enfermeiras católicas em busca de melhores posições no campo da educação e da prática em Enfermagem nos anos 40 e 50 no Brasil, século XX. *Texto Contexto Enferm*. 2005; 14(4):506-12.
19. Carlos DJD, Germano RM. A escola de auxiliares de enfermagem de Natal e o Hospital Universitário Onofre Lopes. *Rev Rene*. 2009; 10(1):72-80.